

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA ¹

Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA

O Ministro da Educação veio recentemente a Salvador ministrar a aula inaugural da Universidade Federal da Bahia. Atendendo reivindicação de uma delegação do Movimento Negro, permitiu, no seu tempo de fala, a leitura de carta-manifesto em favor de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Mais ainda, declarou-se publicamente a favor das cotas raciais e remeteu a questão aos foros locais, alegando respeitar a autonomia das universidades.

O Ministro Cristóvam Buarque também disse que a universidade pública precisa colaborar no resgate da imensa dívida social e histórica da sociedade brasileira. Para isso, disse ele, não basta redistribuir os poucos lugares no ensino superior público, retirando vagas de segmentos já contemplados para concedê-las a outros grupos socialmente necessitados, e sim será preciso ampliar a oferta de vagas.

De fato, a nossa UFBA tem historicamente se omitido frente a estas questões. Nos últimos dez anos, a sociedade baiana ampliou em 106% a demanda pelo vestibular, enquanto a nossa oferta de vagas de graduação crescia em poucos 8%. No mesmo período, nenhuma discussão sobre políticas de ação afirmativa para pobres, negros e índios teve eco na instituição, apesar do CEAO, desde 1998, ter encaminhado sucessivas propostas de abertura dessa discussão.

Neste momento, gostaria de anunciar que, após alguns meses de estudos e avaliações com base em dados atualizados, a Reitoria da UFBA decidiu encaminhar aos conselhos superiores da universidade proposta de implantação de um Programa de Ações Afirmativas para populações socialmente carentes, negros e índios.

Os dados que subsidiam esta proposta foram coletados nos processos seletivos dos últimos dois anos, em um projeto do nosso Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/ UFBA), denominado A Cor da Bahia (Queiroz 1998) quando pela primeira vez investigou-se origem social (alunos de escola pública) e autodeclaração racial/ étnica tanto na candidatura quanto na classificação no vestibular.

A análise competente desses dados permitiu refutar o mito de que a UFBA é uma universidade que em geral discrimina pobres, afrodescendentes e indíodescendentes nos seus processos seletivos. Os dados indicam que, nos anos de 2001 e 2002, pouco mais de 55% dos candidatos ao vestibular se autodesignaram Pretos ou Pardos e apenas 1% dos que postularam ingressar na UFBA declaram etnia ameríndia. Cerca de 40% dos candidatos cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas. Mais de 51% dos aprovados eram afrodescendentes, cerca de 2% eram indíodescendentes e quase 38% dos ingressantes eram provenientes de escolas públicas.

Por outro lado, é verdade que vários cursos têm baixa proporção de alunos auto-referidos como negros ou pardos, como por exemplo Comunicação, Música (Regência), Direito, Odontologia, Arquitetura, Psicologia, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Medicina –

¹ - Pronunciamento em Sessão Especial da Câmara de Vereadores de Salvador para discussão de Políticas de Ação Afirmativa para Afrodescendentes, proposta e presidida pela Vereadora Olívia Santana, realizada em 13 de junho de 2003.

todos com menos de 30% de afrodescendentes. Alguns cursos revelam uma virtual ausência de alunos socialmente carentes, como por exemplo Medicina, Odontologia, Fonoaudiologia, Comunicação, Direito e Teatro – todos com menos de 10% de egressos de escolas públicas. A explicação para essas distorções é que o contingente que se candidata a tais cursos já se pré-seleciona, como por exemplo Medicina e Odontologia em 2001, ambas com 34% de afrodescendentes e 16% de candidatos de escolas públicas entre os postulantes e com respectivamente 29% e 23% de afrodescendentes e 4% e 5% de egressos de escolas públicas.

Tais dados indicam que, com a falência do ensino público de segundo grau no Estado e no País, a exclusão social ocorre muito anteriormente ao momento de ingresso na universidade, fazendo com que a composição social e racial/étnica do grupo de postulantes ao ingresso na UFBA seja bastante diferente do perfil sócio-demográfico da população baiana. Por esse motivo, qualquer Programa de Ações Afirmativas sério e que pretenda obter resultados concretos não pode, por um lado, ser pautado pela restauração de proporções demográficas gerais nem pode, por outro lado, ser genérico e difuso. Deve de fato ser focalizado nos cursos onde se observa maior defasagem entre composição da demanda e efetiva classificação de ingressantes.

Assim, a proposta do Programa de Ações Afirmativas na UFBA para populações socialmente carentes, afrodescendentes e índiosdescendentes que estamos propondo estrutura-se em quatro eixos: preparação, ingresso, permanência, graduação.

Preparação. Neste item do nosso Programa de Ações Afirmativas, propomos três medidas:

Primeiro, participaremos nos programas de ampliação de licenciaturas para a formação de docentes para o ensino público médio e fundamental, celebrando convênios com o Governo Estadual e com prefeituras municipais. Especial atenção deverá ser concedida à formação de docentes para o ensino indígena, em programa especial a ser realizado em conjunto com a FUNAI.

Segundo, vamos ampliar o nosso Programa de Avaliação do Ensino Médio, visando a melhorar o nível de ensino no segundo grau. Estas medidas poderão influenciar positivamente na qualidade das escolas públicas na Bahia, melhorando a qualificação dos seus egressos como candidatos ao vestibular.

Terceiro, convidamos programas de preparação para excluídos socialmente, afrodescendentes e índiosdescendentes, como Instituto Steve Biko, Oficina de Cidadania, Pré-Vestibular Salvador, Forum dos Quilombos Educacionais, União Nacional dos Índiosdescendentes, e outros que se credenciem, a celebrar conosco convênios e acordos, em que cederemos instalações e equipamentos, além de promover o recrutamento de voluntários dentro dos quadros da universidade.

Ingresso. Três medidas compõem este item do nosso Programa de Ações Afirmativas:

Primeiro, estamos estudando como reduzir a taxa de inscrição ao vestibular e como ampliar a isenção concedida a alunos socialmente carentes (egressos de escolas públicas). O MEC precisa rever a posição de não destinar fundos orçamentárias para os processos seletivos da universidade.

Segundo, planejamos uma maciça ampliação de vagas para cursos de graduação na UFBA, abrindo vagas residuais, novos cursos e novas vagas em cursos pré-existentes. Para isso, o MEC precisa aprovar a abertura de novas vagas para concurso de docentes e técnicos, além de aumentar os recursos de custeio da universidade visto que se espera com isso um incremento de custos com energia, segurança e manutenção.

Terceiro, vamos propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão um sistema de cotas para alunos pobres, afrodescendentes e indiodescendentes. Este sistema tomará como base a proporção de candidatos que declararem origem racial/ étnica negra ou índia e forem comprovadamente carentes sociais; poderá ser focalizado nos cursos que apresentam parcelas de alunos egressos de escolas públicas, afrodescendentes e indiodescendentes defasadas em relação à proporção da demanda. O regime de cotas proposto poderá ser implementado por tempo limitado, sendo monitorado e avaliado a cada ano. O monitoramento competente deste experimento demandará recursos adicionais que serão solicitados ao MEC sob a forma de um programa especial para coleta e análise de dados sociais e acadêmicos dos participantes no regime.

Permanência. Sabe-se que o principal problema para a inclusão social de alunos egressos de escolas públicas, afrodescendentes e indiodescendentes pela via da formação superior não se encontra no ingresso na universidade e sim na sua permanência. Cerca de 34% dos alunos que conseguem ingressar na UFBA não completam seu curso no prazo máximo regulamentar. Portanto, para dar conta deste eixo, o Programa de Ações Afirmativas proposto incorpora três medidas:

Primeiro, uma profunda reestruturação da grade de horários da UFBA, permitindo aos alunos optar por regimes de estudos que permitam o atendimento àqueles que necessitam de trabalhar para sobreviver na universidade. Isso inclui também a abertura de cursos em horários noturnos e aulas concentradas em fins de semana, atendendo com prioridade aos participantes no programa de ação afirmativa.

Segundo, precisamos implementar um programa amplo de tutoria social, reforço escolar e acompanhamento acadêmico para todos aqueles que ingressarem na universidade através do regime de cotas. Isto igualmente demandará recursos adicionais que serão solicitados ao MEC e à FUNAI sob a forma de convênios especiais.

Terceiro, será preciso ampliar a capacidade de atendimento dos programas de apoio estudantil da UFBA, com mais bolsas de trabalho, bolsas-residência e auxílio alimentação. Para isso, o MEC precisa rever a posição de não autorizar despesas orçamentárias com a assistência estudantil na universidade pública.

Pós-permanência. Tão importante quanto promover preparação, ampliar acesso e garantir permanência será certamente o fomento da conclusão dos cursos e a preparação para o mercado de trabalho para alunos socialmente carentes, afrodescendentes e indiodescendentes. Todos os alunos que ingressarem na universidade através do Programa de Ações Afirmativas serão elegíveis para um programa especial de preparação para a pós-diplomação, com assessoria e assistência na obtenção de estágios e empregos, e um programa de educação permanente para aqueles que se tornarem pequenos empresários. Além do MEC, o Ministério do Trabalho e o SEBRAE serão certamente parceiros nesse importante eixo do nosso Programa de Ação Afirmativa.

A presente proposta terá o seguinte encaminhamento: inicialmente, será apreciada pela Comissão Especial do CONSEPE para Políticas de Inclusão Social que, caso aprove o conjunto de medidas, poderá encaminhá-la como sua contribuição à Câmara de Graduação que finalmente a submeterá ao plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Cada uma destas instâncias deverá emitir parecer técnico porém caberá ao plenário do Conselho a sua aprovação final. Imediatamente após, será necessário desdobrar o Programa de Ações Afirmativas em vários projetos, a serem submetidos ao MEC. Para viabilizá-lo institucionalmente, precisamos crucialmente de novas vagas para docentes e servidores, além de recursos de custeio para fazer frente a custos adicionais de energia, segurança e manutenção.

Ao propiciar as condições necessárias à implementação do Programa de Ações Afirmativas da UFBA, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação terá então a oportunidade de honrar o compromisso que, no dia 9 de maio de 2003, assumiu publicamente com as populações social e etnicamente excluídas da Bahia.